

Congresso paga ajuda de custo a parlamentares

Os presidentes da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), e do Senado, Mauro Benevides (PMDB-CE), autorizaram ontem o pagamento de ajuda de custo de Cr\$ 13,2 milhões a cada um dos 503 deputados e 81 senadores convocados para trabalhar no mês de julho. De acordo com a Constituição, o mês é destinado ao recesso parlamentar. A decisão foi tomada porque o Congresso interpretou que o presidente Fernando Collor pediu o funcionamento do Legislativo durante o recesso.

A convocação extraordinária foi feita por vários motivos. Entre eles, não interromper o funcionamento da PCI do Caso PC e permitir que o Senado votasse pelo menos duas proposições urgentes: modernização do sistema portuário e concessão de serviços públicos.

Com a votação do projeto de isonomia entre os três Poderes, a Câmara praticamente esgotou ontem sua pauta extraordinária. A partir de hoje, os deputados realizarão sessões apenas para debates, sem registro de presença. O único projeto a ser votado, em sessão conjunta com o Senado, é o da Lei Delegada para o presidente Collor aplicar as diretrizes da isonomia.

Além da ajuda de custo, os parlamentares receberão seu salário regular de Cr\$ 16 milhões, líquidos. No total, Cr\$ 29,2 milhões.